

05 JUN 2012

FOLHA DE LONDRINA

Defesa pede trancamento de investigação contra juíza

Foram ouvidas ontem testemunhas de acusação no procedimento interno do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná que apura supostas irregularidades da juíza afastada da 3ª Vara Criminal de Londrina, Oneide Negrão de Freitas. Ela responde por possível falta disciplinar conforme determinação da Corregedoria-Geral do tribunal.

Oneide teria supostamente "engavetado" cerca de 90 processos, incluindo pedidos de busca e apreensão, cumprimento de cartas precatórias e providências sobre réus presos. Uma das testemunhas, que não mora mais em Londrina, deve ser ouvida nos próximos dias e, na sequência, devem ser agendadas as oitavas das testemunhas de defesa.

A investigação teve início depois que funcionários da serventia destrancaram as gavetas nas quais estavam os procedimentos paralisados há vários meses. Tal fato, segundo uma fonte revelou à FOLHA, ocorreu em agosto, durante um período de ausência do então escrivão, Ademir Aguayo, que teria trancado as gavetas. Os funcionários relataram o fato a dois promotores, que solicitaram a realização de uma inspeção extraordinária à Corregedoria do TJ.

Oneide teria relação de confiança com Ademir Aguayo e recusava-se a permitir que ele fosse transferido da 3ª Vara. Assim, segundo a

fonte, ligada ao Poder Judiciário, quando o TJ designou um escrivão concursado para a serventia, ela teria dito abertamente que o escrivão de fato continuaria sendo Aguayo e que todos, inclusive o novo escrivão, deveriam cumprir todas as ordens dele. Assim, o antigo escrivão continuou exercendo suas funções até 1º de setembro, quando o TJ determinou sua remoção para o setor de administração do Fórum.

O advogado da juíza afastada, Elias Mattar Assad conversou com a reportagem após a audiência, ontem, e afirmou que a defesa "vai provar que não houve desonestidade da magistrada, sequer ela está sendo questionada sobre isso (na apuração)": Mattar Assad disse que não poderia dar mais detalhes, pelo processo correr sob sigilo, "mas naquilo que posso lhe responder, afirmo que o andamento de processos não compete ao magistrado e sim ao serventuário, existem rotinas administrativas e nunca um processo foi escondido."

O advogado confirmou que já pediu ao TJ o trancamento da investigação, por considerar que o prazo já extrapolou. "O afastamento não pode passar de 140 dias, segundo o CNJ (Conselho Nacional de Justiça)."

O advogado de Aguayo, André Salvador, negou que o escrivão tenha engavetado processos. "Os atrasos não foram por vontade dele, mas por excesso de trabalho, como ocorre em outras varas." Sobre os documentos que estariam trancados, "eram sigilosos e ele deveria zelar para que não fossem divulgados".

A "pena" máxima em nível administrativo para um magistrado contra o qual se comprove falta disciplinar grave é a aposentadoria compulsória, ou seja, ele não pode mais exercer a função, mas continua recebendo os salários.

FOLHA DE LONDRINA

TRF concede
liberdade a

05 JUN 2012

aliado de bicheiro

Brasília - Em decisão unânime proferida ontem, o Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região (Brasília) concedeu habeas corpus ao sargento da reserva da Aeronáutica Idalberto Matias de Araújo, conhecido como Dadá. Ele é apontado como um dos arapongas que estariam a serviço do empresário Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira.

O tribunal determinou, porém, que Dadá terá de obedecer as seguintes condições para ele continuar em liberdade: comparecer a todos os atos do processo, não manter contato com as pessoas envolvidas e não poderá se ausentar da cidade onde reside, no caso Brasília, sem autorização judicial. Caso alguma delas seja descumprida, ele deverá voltar à prisão.

Como Dadá também é investigado pela Polícia Civil do DF, na Operação Saint-Michel (sobre a ramificação do suposto esquema de Cachoeira em Brasília), o tribunal determinou que ele só poderia deixar a prisão caso não houvesse outra ordem de prisão contra ele, relacionada a esta outra investigação.

Dadá foi preso na Operação Monte Carlo, da Polícia Federal, deflagrada em fevereiro deste ano. A operação investiga a exploração de jogos ilegais em Goiás e no Distrito Federal.

O TRF não analisou o habeas corpus de Cachoeira, o que pode ocorrer apenas na semana que vem. Enquanto isso, ele continua preso.

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

05 JUN 2012

Impressões digitais

Cerca de 7,5 milhões de eleitores brasileiros devem ser identificados por meio das impressões digitais no momento da votação nas eleições municipais de outubro, segundo um balanço preliminar divulgado pela Justiça Eleitoral. O número será atualizado no próximo mês, quando se encerra o processamento e a auditoria do cadastro de eleitores. O cadastramento já foi realizado em 295 municípios de 24 Estados.

AGENDA

Arbitragem

Curitiba – Evento sobre arbitragem será realizado no dia 14 de junho, a partir das 8 horas, no Hotel Radisson (Avenida Sete de Setembro, 5.190). Durante o evento, voltado para juízes, desembargadores, empresários e advogados, serão tratados os principais temas referentes ao processo de arbitragem, discutindo, por exemplo, as vantagens em relação aos processos tradicionais. Promoção do Escritório Katzwinkel & Advogados Associados. Informações palestra@ekj.adv.br

Gilmar Mendes OPINIÃO DO LEITOR

Tenho lido várias cartas defendendo o ministro Gilmar Mendes, do STF. É conveniente fazer uma retrospectiva na vida do sr. Mendes e suas ligações para verificar se ele inspira credibilidade, senão vejamos: concedeu dois habeas corpus (HC) a Daniel Dantas, preso na Operação Satiagraha cujos crimes são de conhecimento público, dando evidentes sinais de abafar essa operação e colocando o delegado Protógenes como bandido, quando na verdade, foi o responsável pela prisão de Dantas; concedeu HC ao médico Roger Abdelmassih, condenado a 278 anos de prisão por 56 estrupos, o que possibilitou sua fuga do país; tem laços estreitos com Demóstenes Torres e Marconi Perillo; é citado nas gravações de Carlinhos Cachoeira, que já patrocinou algumas viagens. Segundo o ministro Joaquim Barbosa, Mendes está destruindo a credibilidade do Judiciário brasileiro e fez referência aos capangas do Mato Grosso. Fez acusação sem provas, foi desmentido pela única testemunha e ainda que fosse verdade, por que a demora em denunciar? Por que não o fez diretamente ao presidente do Supremo ao invés de fazê-lo na imprensa? Uma pessoa com esse currículo merece nossa incondicional defesa?

HELEMILTON DIAS DE OLIVEIRA (advogado) - Londrina

05 JUN 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Presidente do TJ ordenou saída de Navarro do comando do TRE

Em ofício datado de 31 de maio, Ivan Sartori ainda impôs a nomeação de um novo mandatário da Justiça eleitoral

“Vossa Excelência deverá afastar-se, a partir desta data, da Presidência do Tribunal Regional Eleitoral, a ser assumida, por ora, pelo desembargador Mathias Coltro, atual vice-presidente dessa Corte”, escreveu o presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, desembargador Ivan Sartori, no ofício 388/12, de 31 de maio, encaminhado a Alceu Navarro, presidente do TRE.

A correspondência revela que Sartori, de fato, ordenou a saída do presidente do TRE e ainda impôs a nomeação do novo mandatário da Justiça eleitoral, Mathias Coltro. Na sexta-feira, depois que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) anulou a queda de Navarro, o presidente do TJ apresentou nova versão. “Nossa decisão foi no sentido de afastá-lo (Navarro) da jurisdição co-

mun, não houve intenção de afastá-lo do Tribunal Eleitoral.”

“Não vou me acovardar e não vou sair”, desafiou Navarro, ontem, em Brasília. Ele é citado no escândalo dos pagamentos milionários no TJ, entre 2008 e 2010, quando presidiu a Comissão de Orçamento do TJ.

Não foi apenas a Navarro que o presidente do TJ comunicou a determinação categórica de afastá-lo do TRE. Ao vice do TRE e à ministra Cármen Lúcia, presidente do TSE, ele reiterou. “Alceu Navarro foi comunicado de que deverá afastar-se, a partir desta data, da presidência do TRE, a ser assumida, por ora, por Vossa Excelência, atual vice-presidente dessa Corte”, escreveu ao desembargador Mathias Coltro em 30 de maio, ou seja, um dia antes de informar oficialmente a Navarro sobre a decisão.

Na carta à ministra, Sartori diz que “os graves fatos que ensejaram a instauração do processo disciplinar, no entender do Órgão Especial, obstam sua permanência no exercício da Presidência do TRE, pela natureza dos po-

deres e deveres administrativos inerentes a esse cargo”.

Sartori cravou. “Reputou-se manifesta a incompatibilidade entre as infrações disciplinares que lhe são imputadas, enquanto membro da Comissão de Orçamento do TJ, e os deveres de relatar as tomadas de contas de verba federal e estadual; aprovar e encaminhar ao TSE a proposta orçamentária e plurianual e solicitar abertura de créditos suplementares; ordenar o empenho de despesas e autorizar pagamentos dentro dos créditos distribuídos; conceder vantagens e benefícios aos servidores e conceder diárias.”

A ministra do TSE, o presidente do TJ paulista foi taxativo: “Sobre o presidente de uma corte eleitoral que em breve supervisionará os trabalhos das eleições municipais de São Paulo, não pode recair a mais tênue dúvida sobre os seus deveres de probidade e de manter conduta irrepreensível”.

05 JUN 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Presidente do TJ-MG recusa teste do bafômetro e põe mulher na direção

O presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJ-MG), desembargador Cláudio Costa, se recusou a fazer o teste do bafômetro ao ser parado em uma blitz da lei seca em Belo Horizonte, no domingo. Segundo a PM, o magistrado trocou de lugar com a mulher, a também desembargadora Albergaria Costa, momentos antes de ser parado na fiscalização.

De acordo com a ocorrência, Cláudio Costa dirigia o veículo particular do casal, mas passou a direção para a mulher ao per-

ceber que seria abordado. Testemunhas afirmaram que Costa apresentava sintomas de embriaguez, mas ele se recusou a soprar o bafômetro. A desembargadora se submeteu ao teste, que deu negativo.

Em nota, o TJ-MG afirmou que a acusação de troca foi “prontamente refutada” pelos magistrados. A ocorrência não consta no site da PM, mas a Secretaria de Estado de Defesa Social confirmou a troca e disse que “providências legalmente previstas” serão adotadas.

O ESTADO DE S. PAULO

ARNALDO JABOR

O futuro de nossa desilusão

05 JUN 2012

O Brasil evolui pelo que perde e não pelo que ganha. Sempre houve no País uma desmontagem contínua de ilusões históricas. Este é nosso torto processo: com as ilusões perdidas, com a história em marcha à ré, estranhamente, andamos para a frente. O Brasil se descobre por subtração, não por soma. Chegaremos a uma vida social mais civilizada quando as ilusões chegarem ao ponto zero.

Por isso, acho muito boas as decepções recentes. Elas nos fazem avançar mesmo de lado, como siris-domangue. Por decepções, fomos aprendendo, ou melhor, desaprendendo.

Nos anos 60, “desaprendemos” a fé numa revolução mágica do ‘povo’, com a súbita irrupção dos militares. Nos anos 70, descremos do voluntarismo místico da contracultura e da guerrilha suicida.

Nos 80, com as dificuldades da restauração democrática, aprendemos com o tumor na barriga do Tancredo, com o homem da ditadura Sarney assumindo o Poder (sempre esse homem fatal...) e descobrimos que a democracia era “de boca” e ainda não estava entranhada em nossas instituições.

Nos anos 90, tivemos a preciosíssima desilusão com o Collor, aprendemos muito com seu fracasso. O impeachment foi um ponto luminoso em nossa formação e nos trouxe a fome pela organização de uma república democrática. FHC foi um parêntesis em nossa tradição presidencial, mas ele e nós nos desiludimos porque achávamos que a racionalidade seria bem recebida. Não foi. FHC só foi eleito pelo Plano Real; depois, a população não entendeu mais nada nem ele explicou. As importantes realizações de seu governo foram incompreensíveis para as massas: uma responsabilização maior da opinião pública, o fim do “finalismo”, a recusa ao salvacionismo, a responsabilidade fiscal, as privatizações, as tentativas de reforma institucional e a sensatez macroeconômica.

De 2002 em diante, a importância da administração e das reformas internas (“neoliberais”, claro) foi substituída pela truculência dos pelegos chegados ao

A verdade é que os petistas nunca acreditaram na “democracia burguesa”

poder. A verdade é que os petistas nunca acreditaram na “democracia burguesa”; como disse um intelectual da USP – “democracia é papo para enrolar o povo”. Não entenderam com suas doenças infantis que a democracia não é um meio, mas um fim em si mesmo; ou melhor, até entendem, mas não a querem. Nada disso; tudo que construíram, com sua invejável fé militante, foi um novo patrimonialismo de Estado, com a desculpa de que “em vez de burgueses mandando na viúva, nós, do povo, nela marmaremos”. E tudo isso em nome do raciocínio deslumbrado de Lula, lutando por si mesmo: “Eu sou do povo; logo, luto pelo povo”. E assim, com teses de 100 anos atrás e com o narcisismo do Lula, voltou o formato do Brasil que o Plano Real e FHC tentaram interromper. Com suas alianças com a direita feudal, Lula revigorou o pior problema do País: o patrimonialismo endêmico.

Ou seja, nem a social-democracia de colarinho-branco nem a de macacão rolaram, porque o Brasil profundo resiste às ideias claras, à racionalidade, a qualquer vontade política generosa. Em nossa história, tudo vai devagar e só algumas migalhas frutificam. Nos últimos anos, tudo que aconteceu é muito mais o produto de influência econômica externa e da espantosa resistência colonial do Atraso, do que de nossos desejos. Somos filhos bastardos de um progresso que não planejamos.

A única revolução que se faria no Brasil seria o enxugamento de um Estado que come a nação, com gastos crescentes, inchado de privilégios e clientelismo, um Estado que não tem como investir e que leva a presidente a medidas paliativas. A única revolução seria administrativa, apontada na educação em massa, nas reformas institucionais, mas altos e baixos cleroc não permitem, mesmo agora que a bolha do Brasil Bric ameaça explodir.

Estamos diante de um momento histórico gravíssimo, com os dois tumores gêmeos de nossa doença: a direita do atraso e a esquerda do atraso. Como escreveu Bobbio, se há uma coisa que une

esquerda e direita é o ódio à democracia.

Esta crise é tão sintomática, tão exemplar para a mudança do País, que não pode ser desperdiçada pelos pensadores livres. É uma tomografia que mostra as glândulas, as secreções do corpo brasileiro – um diagnóstico completo. Este espasmo de verdade, esta brutal explosão de nossas vísceras talvez seja perdida, porque as manobras do atraso de direita e do atraso de esquerda trabalham unidos para que a mentira vença.

Agora estamos diante da cachoeira de descobertas sobre a conjunção carnal entre a coisa pública e privada. E vemos que só os verdadeiros corruptos conhecem profundamente a verdade nacional. Tudo que surgiu sobre nossa vida política nos foi revelado por dois malandros: o mensalão foi um presente de Roberto Jefferson à nossa opinião pública e a CPI veio pelos malfeitos de Cachoeira e Demóstenes. E tentando desmantelar as verdades descobertas está o ex-presidente, no exercício de seu cinismo egoísta e ambicioso, pensando apenas em sua imagem no futuro.

Além disso, vivemos em suspense diante de nossa fragilidade jurídica: um ministro do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski, segura o processo do mensalão sem prazo de entrega. Por teimosia ou caturrice ou sabemos lá por quê, ele se arrisca a ser o responsável pela desmoralização do STF.

Mas, assim mesmo, com o engarrafamento dos escândalos, tem havido um avanço em nossa consciência crítica. Estamos bem menos “alienados”. E, por mais que se destruam as instituições, as conquistas da democracia não vão sumir, por conta da maior complexidade da economia e da política, que a abertura permitiu. Estamos mais desiludidos, porém mais sábios.

Que falta desaprender agora, para chegarmos ao futuro de uma desilusão?

05 JUN 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Súmula vinculante municipal

Concebidas para agilizar a tramitação de ações e desafogar os tribunais superiores, as inovações processuais introduzidas com a reforma do Poder Judiciário tiveram tanto sucesso que estão sendo copiadas por algumas instâncias do Poder Executivo.

É esse, por exemplo, o caso da súmula vinculante. Criada pela Emenda Constitucional n.º 45, de 2004, ela é um mecanismo processual que obriga as instâncias inferiores da magistratura a seguir a jurisprudência firmada pelo Supremo Tribunal Federal. Além de fortalecer a segurança do direito e a certeza jurídica, ela acabou com uma velha prática dos advogados – a de recorrer a recursos protelatórios para impedir o julgamento de processos em que sabem não ter a menor condição de vitória ou para adiar a execução de sentenças judiciais que não acolheram as pretensões de seus clientes.

A súmula vinculante não se aplica somente ao Poder Judiciário. Uma vez editada pelo Supremo Tribunal Federal, ela também tem de ser seguida pela administração pública direta e indireta, adquirindo assim força de lei no âmbito da máquina governamental. Para que as reiteradas decisões do Supremo sobre um mesmo problema de direito constitucional se convertam em súmula vinculante, a proposta – que pode ser formulada por um ministro da Corte, por presidentes de tribunais, pelo presidente da República, pelas Mesas

da Câmara e do Senado, por Assembleias Legislativas, pelo procurador-geral da República, pelo presidente do Conselho Federal da OAB, por um governador, por um partido político e por uma confederação sindical – tem de ser aprovada por dois terços do plenário do Supremo. Até dezembro de 2011, a mais alta Corte do País havia aprovado 32 súmulas vinculantes.

Inspirando-se nesse mecanismo processual, a Prefeitura de São Paulo enviou à Câmara Municipal, em abril, um projeto de lei que o incorpora à administração tributária municipal.

Inovações da Justiça no âmbito federal estão servindo de modelo para Estados e municípios

pal. A ideia é que as decisões reiteradas do Conselho Municipal de Contribuintes – o órgão que julga processos administrativos contra autuações fiscais – sejam convertidas em súmula e passem a orientar a fiscalização.

Se for aprovada, a medida vai diminuir o número de recursos administrativos impetrados pelos contribuintes municipais. E também vai aumentar a certeza jurídica em matéria de cobrança de tributos como IPTU, ISS e Imposto sobre Transmissão Intervivos, afirma o presidente do Conselho Municipal de Tributos, Alberto Macedo.

Com isso, a interpretação das normas relativas a esses três impostos será uniformizada entre os órgãos da adminis-

tração tributária, o que também permitirá reduzir o número de câmaras julgadoras e acelerar a tramitação dos recursos administrativos.

Atualmente, um recurso impetrado no Conselho Municipal de Contribuintes demora pelo menos um semestre para ser julgado. A Prefeitura quer reduzir esse tempo para menos de dois meses. Pela proposta, o prazo para interpretar um recurso de revisão – que é apresentado quando há decisões discrepantes sobre um mesmo tema – será reduzido de 30 para 15 dias.

Pelo projeto, cujo teor foi divulgado pelo jornal *Valor*, a proposta de súmula vinculante precisará ser aprovada pela maioria dos integrantes do Conselho Municipal de Contribuintes. Além disso, ela só poderá ser apresentada quando houver, no mínimo, dez decisões idênticas sobre a mesma questão tributária. O projeto também autoriza o Conselho a preparar e editar súmulas com base em decisões da última instância da Justiça Federal – o Superior Tribunal de Justiça – e do próprio Supremo. Para se converter em súmula vinculante, a proposta tem ainda de receber o endosso do secretário municipal de Finanças.

O projeto, que terá de ser analisado por três comissões técnicas antes de ser submetido ao plenário, foi bem recebido pelos advogados tributaristas. A Prefeitura anunciou que, se o projeto for aprovado e a experiência der certo, ela proporá novas medidas para agilizar o trâmite de recursos administrativos em São Paulo.

05 JUN 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Justiça solta Dadá, mas mantém Cachoeira preso

● Tido como braço direito do contraventor Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, o ex-sargento da Aeronáutica Idalberto Matias de Araújo, o Dadá, convenceu a Justiça a soltá-lo. Desembargadores do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região concederam-lhe ontem habeas corpus, porém sob algumas condições, como comparecer na Justiça sempre que necessário, além da proibição de manter contato com pessoas e empresas suspeitas de envolvimento no esquema. Ele também terá de pedir autorização judicial caso viaje.

Cachoeira deve continuar preso, conforme o TRF. Com depoimento na CPI do Cachoeira marcado para hoje, a ex-chefe de gabinete do governador Perillo (PSDB-GO), Eliane Pinheiro, também solicitou habeas corpus ao Supremo Tribunal Federal, para garantir o direito ao silêncio.

05 JUN 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Cirurgião terá de indenizar paciente no Rio

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJ-RJ) determinou ontem que o cirurgião plástico Jair Roberto Matos Orifice deverá indenizar uma paciente em R\$ 140 mil, por danos morais e estéticos.

Maria Aparecida Ferreira foi submetida a cirurgias de mamoplastia e abdominoplastia, feitas no próprio consultório de Orifice. Em decorrência de necrose nas cicatrizes, a mulher teve de se submeter a outras três intervenções cirúrgicas. Os problemas continuaram e o médico teria dito que seria preciso mais uma cirurgia, mas que ele não poderia realizar.

O médico alegou que os procedimentos foram feitos no consultório por opção da paciente com o objetivo de diminuir os custos e o ocorrido com Maria Aparecida foi um processo de rejeição das próteses pelo organismo.

O cirurgião plástico argumenta que não deveria indenizar a paciente porque ela não comprovou que as cicatrizes apresentadas são consequências das cirurgias realizadas por ele.

Orifice afirma que ela passou por um quarto procedimento, feito por outro médico, e devolveu a ela a quantia de R\$ 15 mil referente ao valor cobrado para a realização de uma nova cirurgia, de acordo com informações do Tribunal de Justiça.

Porém, para o desembargador Marcelo Lima Buhatem, relator do caso, não há dúvida quanto à conduta negligente do médico.

DF: garota é estuprada por 3 dias em escola

Uma adolescente de 13 anos, portadora de transtorno de déficit de atenção (TDA), foi estuprada durante três dias seguidos por colegas dentro da própria escola, na cidade-satélite de Ceilândia, no entorno de Brasília. Na hora do recreio, alguns ficavam de guarda, enquanto outros atacavam a menor em uma sala vazia. Eles se revezavam, sempre na hora do intervalo, segundo a Delegacia da Criança e do Adolescente.

O delegado Amado Pereira, encarregado da investigação na Polícia Civil do Distrito Federal, informou que foram apreendidos ontem dois suspeitos de 17 anos e pelo menos outros dois são procurados para prestar depoimento. Por não ter sido apanhados em flagrante, os dois adolescentes foram soltos após prestar depoimento e responderão ao processo em liberdade.

Eles serão processados por estupro de vulnerável e podem ser condenados a até três anos de medidas socioeducativas.

Um rapaz de 19 anos foi preso sob suspeita de ter colaborado com os estupradores. Segundo depoimento de testemunhas à polícia, os abusos ocorreram quarta, quinta e sexta-feira passadas. Ela teria sido abusada por vários rapazes nos três dias.

A Secretaria de Educação informou que só vai se manifestar após a conclusão do inquérito. Os pais da menina disseram que lutarão por justiça e vão pedir sua imediata transferência da escola.

05 JUN 2012

GAZETA DO POVO

MP denuncia prefeito de Paranaguá por receber propina de R\$ 1,3 milhão

De acordo com promotores, Baka Filho se beneficiou de esquema de direcionamento de contratos de merenda e kit escolar

Carlos Ohara

O Ministério Público do Paraná (MP-PR) requisitou à Justiça o afastamento imediato do prefeito de Paranaguá, José Baka Filho (PDT), do comando do município. O MP-PR também pede a indisponibilidade de bens do prefeito. Os promotores acusam Baka de receber propina de quase R\$ 1,3 milhão como “comissão” por dois contratos de fornecimento de merenda e de material escolar. Em duas ações na Justiça, o MP-PR ainda requisita a devolução aos cofres da prefeitura do valor dos dois contratos — cerca de R\$ 22,7 milhões.

A investigação do MP paranaense durou dois anos. Na apuração, os promotores utilizaram parte do material levantado pelo Grupo Especial de Repressão aos Delitos Econômicos (Gedec), órgão do Ministério Público de São Paulo que investigou, durante quase quatro anos, o

que os promotores chamam de “máfia da merenda”. A empresa SP Alimentação, que forneceu merenda em Paranaguá, é acusada pelo MP de São Paulo de cometer irregularidades em contratos com várias prefeituras paulistas e de outros estados.

Os promotores de Paranaguá sustentam que Baka recebeu, entre março de 2006 e março de 2008, R\$ 826 mil em propinas pagas pela SP Alimentação por favorecer a contratação da empresa para fornecer a merenda escolar no município e outros R\$ 467,3 mil para contratar uma empresa do grupo — a A11 — para fornecimento de uniformes e material escolar.

Em depoimento ao MP paulista em 2010, Genivaldo Marques dos Santos, ex-funcionário da SP Alimentação que passou a colaborar com a Justiça após aceitar a proposta de delação premiada, disse que em Paranaguá Baka era beneficiário das “comissões” pagas pelo grupo.

Pelo contrato da merenda, segundo o MP-PR, Baka recebia mensalmente 9% de todo valor pago à SP Alimentação. O contrato com a empresa foi assinado em março de 2006 e teve prorrogação de 60 meses, prazo máximo permitido por lei. No período de junho de 2006 a agosto de 2011, a empresa recebeu R\$ 20,2 milhões da prefeitura.

O esquema teria sido acertado, segundo os promotores do Paraná, antes mesmo de Baka chegar à prefeitura, em 2005. O prefeito teria sido cooptado pelo grupo liderado pela SP Alimentação ainda durante a campanha de 2004, quando foi eleito primeira vez à prefeitura.

Outros envolvidos

De acordo com o MP-PR, a SP Alimentação doou R\$ 40 mil para a campanha de Baka com o compromisso de ser contratada em caso de vitória do pedetista. O dinheiro teria sido entregue em duas parcelas de R\$ 20 mil, nos meses de agosto e setembro de 2004. Além do dinheiro, Baka teria recebido ainda outras vantagens ofertada pelo grupo: pagamento de advogados, despesas de viagens e até mesmo ingressos para o musical *O Fantasma da Ópera*, exibido na capital paulista, teriam sido bancados pelo cartel, conforme a ação proposta pela promotoria.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

05 JUN 2012

Outras pessoas ligadas a Baka também receberam dinheiro do esquema, diz o MP-PR. Cumprindo mandados de busca e apreensão na capital paulista, promotores do Gedec encontraram na casa de Antônio Marques Filho, diretor financeiro da SP Alimentação, três comprovantes de depósitos bancários, totalizando R\$ 25 mil, que tinham como beneficiário o escritório Fukushima Advogados Associados, empresa que tem como sócio Emerson Norihko Fukushima, advogado de Baka. No período em que foram feitos os depósitos, segundo o MP-PR, Fukushima era secretário municipal para assuntos jurídicos.

A investigação mostra ainda comprovantes bancários que indicam que os irmãos do prefeito de Paranaguá — Adalberto Baka e Alda Baka — também receberam dinheiro em suas contas pessoais. Adalberto recebeu R\$ 15.570 e Alda, R\$ 30 mil da SP Alimentos.

Segundo o MP-PR, a empresa depositou o dinheiro na conta dos irmãos do prefeito para pagar uma dívida que Baka Filho tinha com os dois. Em depoimento ao Ministério Público, Adalberto disse que em 2010 acredita ter recebido R\$ 70 mil, em três depósitos. E que os valores eram referentes à compra, feita pelo prefeito, de sua parte na herança deixada por sua mãe.

Uma empresa de publicidade, que teria prestado serviços ao prefeito, também aparece como beneficiária de depósito de R\$ 20 mil da SP Alimentação.

R\$ 22,7
MILHÕES

é o valor de dois contratos supostamente fraudulentos assinados pela prefeitura de Paranaguá.

CONTINUA

05 JUN 2012

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Edital foi vazado antes da publicação, dizem promotores

O MP-PR acusa o prefeito de Paranaguá, José Baka Filho, de ter negociado a contratação da empresa 11A Comércio de Manufaturados para fornecimento de materiais e kits escolares para alunos da rede municipal de ensino. O MP-PR acusa a 11A de fazer parte do esquema montado pela SP Alimentação. A contratação, de acordo com promotores, teria rendido R\$ 467,3 mil ao prefeito em propinas — pagas por meio de uma empresa fantasma intermediária. O contrato com a A11 custou aos cofres municipais R\$ 2,5 milhões no período de 2006 a 2008.

Segundo o MP-PR, a 11A teve acesso ao conteúdo do edital de licitação antes mes-

mo da publicação das regras da concorrência. Uma prova apontada pelo MP-PR foi um orçamento, solicitado pela 11A, a uma outra empresa fornecedora de material escolar, em maio de 2006. O orçamento continha exatamente os mesmos itens da licitação de Paranaguá e foi solicitado em data pouco anterior à publicação do edital.

De acordo com o MP-PR, um mês antes, a então secretária da Educação de Paranaguá, Rosiana Cunha do Espírito Santa Cruz, esteve em São Paulo, na sede da 11A, com viagem custeada pela SP Alimentação, para acertar detalhes do direcionamento da licitação.

Os promotores acusam ainda o ex-secretário municipal de Finanças Ricardo Bulgari de ter obtido vantagens pessoais com o esquema. Bulgari teria recebido, segundo o MP-PR, cerca de R\$ 8,4 mil da 11A.

JUSTIÇA

Primeiro pedido de afastamento foi negado

Além do afastamento do prefeito Baka Filho e da devolução dos valores dos contratos aos cofres públicos, o MP-PR pede ainda a condenação dos envolvidos por improbidade administrativa. São duas ações propostas em maio: uma referente ao esquema da merenda escolar e outra dos e kits escolares. O juiz da 2ª Vara Cível de Paranaguá, José Daniel Toaldo, recebeu a denúncia sobre os kits. Ele indeferiu os pedidos de liminares para o afastamento

de Baka e para decretar a indisponibilidade dos bens do prefeito. Toaldo também decretou segredo de Justiça no processo. O MP recorreu ao Tribunal de Justiça. O sigilo da ação foi revertido e os pedidos de afastamento e bloqueio dos bens foram remetidos para a 5ª Câmara Cível do TJ. A outra ação, protocolada na 1ª Vara Cível, envolvendo a merenda, também solicita o afastamento e a indisponibilidade de bens do prefeito. O pedido do MP ainda aguarda o posicionamento do juiz Hélio Arabori.

CONTINUA

Baka não comenta a acusação; empresa nega fraude em licitação

Assessoria do prefeito informa que ele só irá se pronunciar após tomar ciência da denúncia. SP Alimentação diz que não pagou propina.

O prefeito de Paranaguá, José Baka Filho (PDT), informou por meio da assessoria de imprensa da administração municipal que não tinha conhecimento das denúncias do Ministério Público do Paraná (MP-PR) e que não comentaria o caso. Segundo a assessoria, os advogados do prefeito deverão prestar esclarecimentos somente após conhecerem o teor das ações propostas pelos promotores.

A assessoria de imprensa da SP Alimentação, acusada de pagar propina para fornecer merenda escolar para a prefeitura de Paranaguá, enviou nota à reportagem negando o esquema de corrupção. Diz a nota: "A SP Alimentação atua em todo o país fornecendo mais de um milhão de refeições por dia para escolas, hospitais, indústrias e setores comerciais. A empresa presta serviços há mais de uma década e reitera que não parti-

cipou de qualquer processo fraudulento para licitação ou manutenção de contratos para fornecimento de merenda escolar. Com relação às denúncias apresentadas, a empresa afirma que tudo será esclarecido por seus advogados. A SP Alimentação, que hoje emprega quase cinco mil trabalhadores, preza pela seriedade das suas atividades e procedimentos".

A reportagem não conseguiu contactar a empresa 11A Comércio de Manufaturados, acusada pelo MP-PR de pagar propina para ganhar a licitação de fornecimento de material escolar à prefeitura.

O advogado Emerson Fukushima, ex-secretário jurídico da prefeitura de Paranaguá, negou que tenha recebido depósitos da SP Alimentação na conta de seu escritório de advocacia. Ele confirmou que representa Baka em causas pessoais, mas disse que os pagamentos feitos pelo prefeito não ocorrem por meio de depósitos de terceiros. "Isso é ilação e nunca ocorreu", disse ele. Fukushima afirmou ainda desconhecer a ação do MP-PR e alegou que não poderia comentar o caso.

O ex-secretário de Finanças de Paranaguá Ricardo Bulgari não foi localizado para comentar a denúncia. A reportagem enviou a ele um e-mail. Mas não obteve resposta sobre questionamentos enviados. A ex-secretária municipal de Educação Rosiana Espírito Santo também não foi localizada para comentar a denúncia.

A reportagem tentou localizar Adalberto e Alda Baka, irmãos do prefeito de Paranaguá, mas eles não foram encontrados.

05 JUN 2012

GAZETA DO POVO

Polícia conclui apenas 20% dos inquéritos de violência infantil

Demora no encerramento da investigação de crimes contra criança e adolescente reforça sensação de impunidade. Obtenção de provas é uma das maiores dificuldades, diz delegacia

O aumento das denúncias de maus-tratos e abuso sexual contra crianças e adolescentes ainda não foi acompanhado pela esperada punição aos agressores. Somente em Curitiba, nos últimos dois anos, foram concluídos apenas 229 dos 1.165 inquéritos abertos, o que representa 20% dos casos. Descontando as 158 ocorrências que foram arquivadas por falta de provas ou por desistência do denunciante, 778 inquéritos ainda estão represados no Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente (Nucria), a delegacia especializada que concentra os casos dessa natureza na capital paranaense. Normalmente, o prazo inicial para conclusão de um inquérito policial é de 30 dias, renováveis por mais

30. Pedidos de prazos superiores a esses dependem de autorização judicial.

A situação é ainda pior se os dados forem desmembrados por ano. Em 2011, apenas 4% dos 567 inquéritos abertos foram concluídos. Já em 2010, o Nucria conseguiu concluir 34% dos 598 procedimentos instaurados. Margarete de Oliveira, delegada chefe do local, aponta a desistência do denunciante e as dificuldades para obtenção de provas como duas das dificuldades para a conclusão dos inquéritos. A delegada admitiu, porém, que no ano passado houve problemas estruturais no local.

“Tivemos um problema com falta de escrivães, mas isso já está resolvido e neste ano instauramos 187 inquéritos. Além disso, estamos trabalhando na conclusão das investigações dos inquéritos dos anos anteriores”, diz. Hoje, segundo Margarete, o Nucria conta com quatro escrivães, além de três delegadas, dez investigadores e três psicólogos.

Demanda maior

Segundo a Secretaria de Nacional de Direitos Humanos, no primeiro quadrimestre de 2012 foram registradas 34.138 denúncias de crimes contra crianças e adolescentes no serviço disque 100 — 41% do total registrado no ano passado.

A demora na conclusão da investigação policial é criticada por Marta Marília Tonin, presidente da Comissão Especial da Criança e do Adolescente na seção Paraná da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). “Faltam ferramentas para dar melhores condições para as estruturas policiais, para que elas façam investigações mais ágeis. Às vezes, um inquérito leva de 2 a 3 anos para ir para o Judiciário”, afirma.

Até 30 de abril deste ano, a 12.ª Vara Criminal de Curitiba, que centraliza os crimes contra a criança e o adolescente na cidade, tinha 1,5 mil inquéritos em andamento. Nos últimos dois anos, porém, a vara conseguiu julgar mais processos do que recebeu. Em 2010, entraram 76 novos casos no local e 144 foram julgados enquanto no ano passado surgiram 74 novos processos e 99 receberam um veredito.

CONTINUA

05 JUN 2012

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

O cenário de inquéritos represados do Nucria, porém, não é exclusividade da capital paranaense, pelo menos é o que garante Ariel Alves, vice-presidente da Comissão Especial da Criança e do Adolescente da OAB. "Com certeza isso acontece em nível nacional, principalmente em estados do Norte e Nordeste, onde a estrutura policial é menor do que no Paraná. No geral, as denúncias não são acompanhadas das apurações, o que gera uma forte sensação de impunidade", afirma.

Interior do PR vai receber cinco Nucrias

O governo do estado promete iniciar neste ano a interiorização do Nucria (Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente) no Paraná, com a instalação de cinco novas unidades. Paranaguá (Litoral), Ponta Grossa (Campos Gerais) e Londrina (Região Norte) deverão ser contempladas com as novas delegacias ainda em 2012. Cascavel (Oeste) e Maringá (Noroeste) também serão contempladas, mas não neste ano. Hoje, apenas a capital tem a delegacia especializada.

Segundo a Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp), o Conselho Estadual da Criança e do Adolescente destinou R\$ 2,1 milhões para ampliar a rede Nucria no estado. O valor contempla a aquisição de imóvel, veículos, mobiliário, equipamentos e prestação de serviços. Ainda de acordo com a Sesp, as novas delegacias devem ser entregues neste ano, mas os efetivos que serão empregados ainda não foram definidos.

No último dia 18 de maio, data que marca o combate à violência contra a criança e o adolescente, o governo anunciou que investirá também na construção de uma nova sede unificada para o Serviço de Investigação de Crianças Desaparecidas (Sicride) e o Nucria de Curitiba.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO 05 JUN 2012

CONSEQUÊNCIA

Falta de punição pode transformar vítima em novo agressor

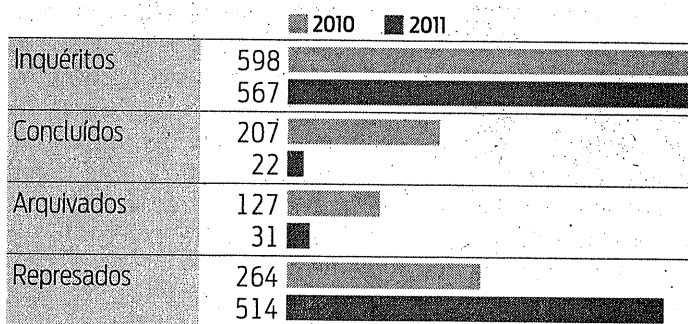
A impunidade dos crimes contra à criança e o adolescente – reflexo direto do baixo número de inquéritos concluídos pela Polícia Civil – pode trazer consequências negativas para a formação da vítima ou até transformá-la em um novo agressor, afirmam especialistas. “Do ponto de vista psicológico é sempre melhor que haja a punição, mesmo que a criança venha a sofrer porque o culpado está na família”, afirma Marianne Bonilha, psicóloga do

Hospital Pequeno Príncipe, que no ano passado atendeu 374 crianças e adolescentes com suspeitas de terem sofrido maus-tratos ou violência sexual em Curitiba e região metropolitana. Na maioria dos casos, as agressões ocorrem dentro de casa e são cometidas por alguém muito próximo da vítima, principalmente parentes. Já Maria Olympia de Azevedo Ferreira França, psicóloga da Sociedade Brasileira de Psicanálise, observa um efeito mais imediato quando o autor da violência não é punido. “Punir o agressor tem um caráter educativo insubstituível ao

fazê-lo entender que ele não pode tocar a criança daquela forma. Geralmente, em casos de impunidade, a violência contra aquela vítima pode aumentar”, argumenta. Há três anos, em pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nas capitais, 4.489 alunos do 9.º do ensino fundamental responderam que haviam sido agredidos por um parente adulto 12 vezes ou mais nos últimos 30 dias. Em Curitiba, 170 jovens responderam à questão dessa forma. No total, aproximadamente 678 mil alunos foram entrevistados

IMPUNIDADE

Apesar do aumento das denúncias de crimes contra crianças e adolescentes, Curitiba teve apenas 20% de inquéritos concluídos nos dois últimos anos.



Delegacias especializadas no atendimento a crianças e adolescentes no país em 2011

Norte	11
Sudeste	13
Nordeste	17
Centro-Oeste	4
No Sul, por estado	
Paraná	7
Rio G. do Sul	16
Santa Catarina	25

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública e Polícia Civil do Paraná.
Infografia: Gazeta do Povo.

93 DELEGACIAS

especializadas em atendimento à criança e ao adolescente funcionam hoje no país, segundo a Secretaria Nacional de Segurança Pública. Esse número pode ser maior, já que Amapá, Paraíba e Roraima não responderam ao último relatório da entidade, produzido em 2011. Santa Catarina, com 25 unidades, é o estado com maior atendimento policial a essa faixa etária.

05 JUN 2012

GAZETA DO POVO

JUSTIÇA

Tribunal julga hoje indenização por morte de sem-terra no Paraná

A 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) julga hoje, em segunda instância, uma ação de danos morais e materiais contra o governo do estado relativa à morte do trabalhador rural Antônio Tavares. Ele morreu durante operação da Polícia Militar no dia 2º maio de 2000, na BR-277, em Campo Largo, na Região Metropolitana de Curitiba. Na ocasião, a PM interceptou um comboio de 50 ônibus que trazia cerca de mil sem-terra para uma manifestação na capital com bombas de gás lacrimogêneo, balas de borracha e disparos de armas de fogo. Além da morte de Tavares, a ação resultou em 185 feridos. No fim de 2011, a Justiça sentenciou o governo a pagar indenização, mas tanto a família como o Estado recorreram da sentença. Tavares deixou viúva e cinco filhos.

GAZETA DO POVO

Fruet e Ducci sofrem derrotas na Justiça

05 JUN 2012

O dia de ontem foi de derrotas judiciais para dois dos principais pré-candidatos a prefeito de Curitiba. Por decisão da Justiça Eleitoral, o ex-deputado Gustavo Fruet (PDT) recebeu multa de R\$ 15 mil por fazer propaganda eleitoral antecipada em links pagos em redes sociais na internet. Já o atual prefeito Luciano Ducci (PSB) teve negado pedido para voltar a veicular propagandas da administração municipal que foram consideradas promoção pessoal pela Justiça.

No caso de Fruet, a juíza Renata Baganha, da 3.ª Zona Eleitoral, considerou procedente reclamação do PSB contra links pagos no Facebook que direcionavam o internauta para um site do pedetista.

Além de argumentar que não se trata de propaganda eleitoral antecipada, os advogados de Fruet afirmaram que ideias e opiniões só seriam expostas ao se clicar no link. Por meio da assessoria, Fruet afirmou que o link pago foi retirado do ar no último dia 28. O pedetista também anunciou que vai recorrer da decisão.

Já o juiz Marcos da Rocha Loures Demchuk, da 5.ª Vara da Fazenda, manteve decisão liminar que proíbe a prefeitura de divulgar comerciais institucionais consideradas promoção pessoal de Ducci. No pedido de derrubada da liminar, os advogados do prefeito argumentaram que quem deveria analisar o caso era a Justiça Eleitoral. "Os fatos narrados caracterizam matéria administrativa e constitucional (...) não figurando matéria pertinente à Justiça Eleitoral", decidiu o juiz. A reportagem não conseguiu contato com os advogados de Ducci para que eles comentassem a decisão.

PONTA GROSSA

Audiência judicial pode definir fim da greve no transporte coletivo

O Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Passageiros de Ponta Grossa e a Viação Campos Gerais (VCG) reúnem-se hoje, às 17 horas, no Tribunal Regional do Trabalho (TRT), em Curitiba, para definir os rumos da paralisação do transporte coletivo em Ponta Grossa. A greve começou há seis dias e, desde a última sexta-feira, após decisão judicial, os ônibus circulam parcialmente, com 70% da frota nos horários de pico e 50% nos demais. O sindicato apresentou ontem uma nova proposta à empresa: 12,5% de reajuste e R\$ 200 mensais de vale-alimentação. Inicialmente, a categoria pediu aumento de 13,5% e R\$ 250 em vale-alimentação. A VCG mantém a contraproposta de aumento salarial de 6,1% e vale-alimentação de R\$ 100. Hoje, o salário inicial de um motorista é de R\$ 1,2 mil e o vale-alimentação mensal é de R\$ 40. Cobradores ganham R\$ 732 mais vale.

BESSA

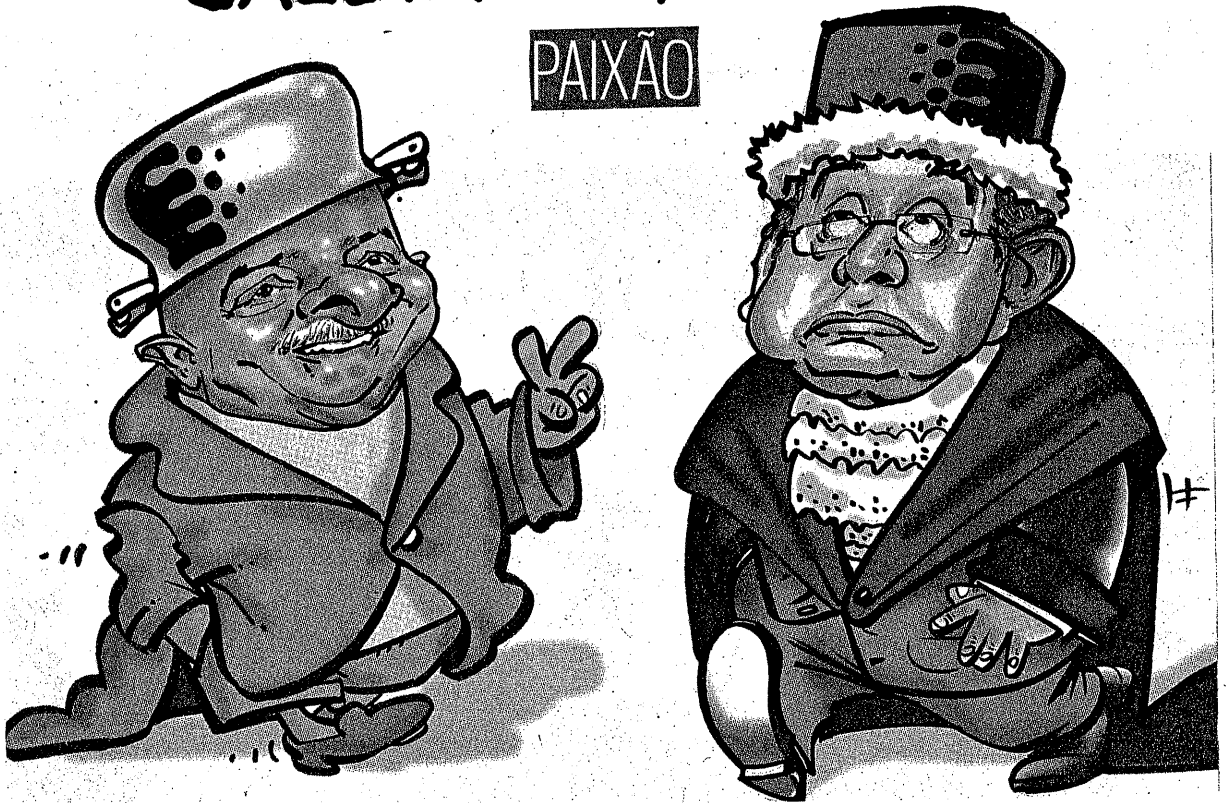
Da Toscana à realidade tosca

O governador Beto Richa e a mulher, Fernanda, voltam nesta quarta-feira das férias de duas semanas na Europa, para onde viajaram com dois casais amigos. No fim de semana o grupo esteve na bucólica Toscana, na Itália, com direito a passeios pelos belos vinhedos e castelos da região.

05 JUN 2012

GAZETA DO POVO

PAIXÃO



CLÁUDIO SLAVIERO

Até quando, Lula?

A única coisa da qual me arrependo nos dois anos em que presidi a Associação Comercial do Paraná, de 2004 a 2006, foi ter convidado o então presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, para uma palestra a empresários na sede da entidade. Primeiro porque este senhor fez uma série de promessas ao setor empresarial e quase nada cumpriu. E, segundo, e o que me parece muito importante, porque ele, durante e depois de seu governo, multiplicou exemplos de corrupção institucional e moral no Brasil e preocupou-se única e exclusivamente na construção e modelagem de seu próprio mito.

Este último episódio, envolvendo seu ex-ministro Nelson Jobim, e Gilmar Mendes, ministro do STF e ex-presidente da Corte, extrapolou. A tentativa de lobby contra o julgamento do mensalão e seus autores é crime e deveria ser investigada em toda a sua intensidade. Se a imprensa não houvesse trazido à tona, este verdadeiro crime teria sido abafado para sempre. Como gosta de gabar-se Lula, “pela primeira vez na história desse país” um ex-presidente da República procurou um membro do STF para comentar-lhe que considera “inconveniente” o julgamento de uma ação que pode atingi-lo politicamente. Este julgamento estaria fora de hora, segundo o ex-presidente, pela proximidade da campanha das eleições municipais deste ano.

Até quando este senhor pretende nos fazer de bestas? Sempre com a desculpa esfarrapada e pronta de não saber de nada, de não se considerar culpado ou envolvido em crimes de qualquer natureza, ele mente descaradamente a todo o país, sustentado por seu próprio mito, alimentado por ele, pelo petismo e seus filhotes radicais. O que houve foi um ultraje, que mostra o descaramento de quem não respeita as instituições.

A história pode julgar o ex-presidente Lula como um dos mais coniventes com a corrupção neste país e um dos maiores desres-

peitadores das instituições republicanas. Demagogo, populista que, desde seus primeiros discursos ao concorrer em 1989 à Presidência da República, dizia, nos palanques, que iria “varrer toda a corrupção e os ladrões de Brasília”, acabou por se abraçar com ela ao chegar ao Palácio do Planalto.

Aproveitou e surfou na onda de crescimento econômico internacional (hoje em declínio) durante seus oito anos de governo, ganhou espaço com a estabilidade da moeda, promovida pelo Plano Real (do qual era feroz crítico) — implantado pelo seu antecessor —, criou uma legião de dependentes com as bolsas de socorro, casou-se (de papel passado) e submeteu-se ao capital financeiro, infiltrou a “companheirada” por toda a máquina pública, provocando seu inchaço e aparelhamento, destruiu a ética e seus preceitos, desestabilizou as instituições (riu da educação e do hábito de ler), tentou controlar a imprensa, deixou que desapropriassem empresas brasileiras na Bolívia e na Argentina (fato atual, motivado pelo precedente), uniu-se a ditadores terceiro-mundistas, favoreceu seus familiares (exigiu passaporte diplomático para seus familiares; e um de seus filhos passou de zoológico a acionista/proprietário de uma grande empresa), foi conivente com os chamados movimentos sociais (como o MST, que em várias oportunidades desrespeitou absurdamente o direito à propriedade) e com as manobras petistas em todos os níveis. Os exemplos são infindáveis.

Se não bastasse essa quantidade de maus exemplos, o ex-presidente volta à cena tentando pressionar o STF para adiar o julgamento do mensalão. Se ele ainda fosse presidente, não seria o caso de pedirmos o seu impeachment? Mas, agora, como simples cidadão, até quando ele continuará a nos fazer de bestas?

Propaganda eleitoral antecipada ou liberdade de expressão?

Na última quinta-feira, o ex-presidente Lula participou de um programa de televisão ao lado do ex-ministro da Educação Fernando Haddad, provável candidato petista à prefeitura de São Paulo. A presença de ambos em um programa televisivo, somada ao teor dos comentários feitos durante o programa, geraram inúmeras manifestações pela internet e na imprensa a respeito da possível caracterização de propaganda eleitoral antecipada, vedada pela lei.

A legislação, de fato, procurou estabelecer regras não apenas para os candidatos, partidos e coligações, mas também para as emissoras de rádio e televisão, jornais e revistas, manifestações por meio da internet e até regras sobre o uso de bens particulares para fins de veiculação de propaganda eleitoral. A lei procurou disciplinar a questão da propaganda eleitoral para evitar que candidatos e partidos com maior poder econômico conseguissem comprar espaços na imprensa, além de evitar que os titulares de cargos, candidatos a reeleição, utilizassem propaganda institucional com o fim, ainda que velado, de angariar votos.

A regra geral é a de que só se pode fazer propaganda eleitoral depois de 5 de julho. No caso das emissoras de televisão, a lei afirma que a propaganda eleitoral deve se restringir ao horário eleitoral gratuito. E há proibição expressa para que as emissoras, a partir de 1.º de julho do ano eleitoral, veiculem, em sua programação normal e noticiário, propaganda política, difundam opinião favorável ou contrária a candidato, partido ou coligação, ou deem tratamento privilegiado a eles.

A questão que se põe é que só haverá candidatos depois de realizadas as convenções partidárias — que devem ocorrer entre

10 e 30 de junho. Se ainda não há candidatos antes das convenções, cabe a indagação: a manifestação de opinião favorável a determinada pessoa constitui propaganda antecipada ou apenas o exercício do direito à livre manifestação do pensamento?

A resposta não é fácil, sendo muito difícil procurar definir critérios previamente estabelecidos. Uma análise casuística, com a devida contextualização dos personagens e das afirmações divulgadas, procurando identificar se houve clara e deliberada intenção de pedir votos em favor de um provável candidato, conferindo-lhe tratamento manifestamente privilegiado em relação aos demais pretensos candidatos, será imprescindível para que se possa concluir se o comportamento do entrevistado, do possível candidato, do entrevistador e da própria emissora caracteriza ou não ilícito eleitoral.

Em qualquer hipótese, não se pode esquecer que existe o princípio constitucional da liberdade de manifestação de ideias, pensamentos e opiniões. De outro lado, devem ser respeitadas as regras do jogo eleitoral, ainda que as punições para envolvidos em propaganda eleitoral antecipada sejam consideradas brandas demais (multas de R\$ 5 mil a R\$ 25 mil). Há quem diga, inclusive, que essa punição branda incentiva a prática da “ilicitude útil”, sendo compensador praticar o ilícito (já que a pena é leve) em comparação com o potencial benefício que uma propaganda antecipada pode trazer — fato de que, parece, todos já se aperceberam.

Eduardo Munhoz da Cunha, advogado, é sócio do Escritório Katzwinkel & Advogados Associados

GAZETA DO POVO

» TRÂNSITO

05 JUN 2012

Presidente do TJ de Minas se recusa a fazer o bafômetro

Policiais militares que faziam uma blitz da Lei Seca em Belo Horizonte, na tarde de domingo, afirmam que o desembargador Cláudio Costa, presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, trocou de lugar com sua mulher, que estava no banco do passageiro, para não se submeter ao teste do bafômetro. A abordagem ocorreu por volta das 17 horas na região da Savassi, bairro famoso pela concentração de bares. A desembargadora Albergaria Costa, mulher do magistrado, passou pelo teste, que detectou que ela não havia bebido. Como os policiais disseram ter visto a troca de condutores pouco antes de o veículo chegar à blitz, solicitaram que o desembargador também fizesse o teste. Segundo a Secretaria Estadual de Defesa Social, ele se recusou.

O TJ informou, em nota, que durante o registro da ocorrência a alegação de que Albergaria assumiu o volante antes da blitz foi "prontamente refutada pela magistrada".

A PM disse, via assessoria de imprensa, que o comando da corporação determinou que o fato não fosse comentado e que a versão dos policiais é a que está no boletim de ocorrência. A Defesa Social informou que o caso seguiu para o Detran de Minas Gerais, que adotará todas as providências legalmente previstas. A assessoria da pasta não soube dizer se o desembargador aparentava estar alcoolizado.

05 JUN 2012

JORNAL DO ÔNIBUS

O salário dos servidores

Com a Lei do Acesso à informação em vigor, abre-se o debate sobre a validade ou não de divulgar os salários dos servidores públicos, independentemente do escalão. Se os trabalhadores da iniciativa privada têm direito ao sigilo, porque o funcionalismo não pode ter? A discussão é longa e qualquer decisão que se tome sempre vai deixar uma parcela descontente.

Além da divulgação pura e simples dos vencimentos de cada servidor, ficam dúvidas se devem ser publicados detalhes do contracheque, como despesas com empréstimos e pensão alimentícia. O excesso de de-

talhamento pode causar uma excessiva invasão de privacidade do funcionário público, que acima de tudo é um cidadão, que também tem seus direitos.

No caso do Tribunal de Justiça do Paraná, o presidente desembargador Miguel Kfoury Neto é favorável a publicitação dos dados e mostra, sem constrangimento, o contracheque que informa a remuneração de R\$ 33.660,74.

A sociedade pretende cada vez mais controlar os gastos públicos, mas é preciso lembrar que existem do outro lado pessoas, com problemas e uma vida, que não precisa ser pública como a função que exerce.

05 JUN 2012

JORNAL DO ÔNIBUS

Justiça mantém propaganda da Prefeitura fora do ar

O juiz da 5ª Vara da Fazenda Pública, Marcos Vinícius da Rocha Loures Demchuk, rejeitou recurso da Prefeitura e manteve a liminar que proíbe a exibição de comerciais institucionais que fazem promoção pessoal do prefeito Luciano Ducci (PSB).

No final de abril, o magistrado atendeu ação proposta pela presidente do PT de Curitiba, Roseli Isidoro, e considerou que os comerciais da Prefeitura violam os princípios da orientação e da publicidade – previstos no artigo 37 da Constituição Federal – e está sendo usada para promoção pessoal do prefeito.

O magistrado condenou ainda o uso das cores do partido de Ducci nos comerciais da Prefeitura, proibindo “a utilização de cores que não sejam as oficiais, da bandeira do município, no que toca à publicidade institucional, ou slogans do município, assim como a suspensão da utilização do sítio eletrônicos www.prefeituraemacao.com.br e www.curitibaemacao.com.br.

Fruet é multado

A juíza Renata Estorilho Baganha, da 3ª Zona Eleitoral de Curitiba, multou Gustavo Fruet em R\$ 15 mil por propaganda eleitoral antecipada no Facebook. Renata Baganha acatou parecer do Ministério Público Eleitoral, o qual aponta que os links em geral são utilizados por empresas, “as quais visam a propaganda de seus produtos e serviços para que o internauta se interesse por aquilo que está sendo ofertado”. Na sentença, a juíza diz que Fruet utilizou dos links, pagou por eles e não há como entender como mera promoção pessoal desinteressada.

05 JUN 2012

TRIBUNA DO PARANÁ

Fruet multado por usar o Facebook

O pré-candidato do PDT à prefeitura de Curitiba, Gustavo Fruet (foto), foi multado em R\$ 15 mil pela Justiça Eleitoral, por propaganda antecipada na internet. A juíza Renata Estorilho Baganha, da 3.ª Zona Eleitoral de Curitiba, entendeu que a divulgação de link patrocinado na rede social Facebook configura violação à lei eleitoral.

Uma representação contra Fruet foi ajuizada pelo diretório municipal do PSB. O partido do prefeito, Luciano Ducci, candidato à reeleição, contesta a divulgação dos links no perfil dos usuários do Facebook, com a foto do pré-candidato. Ao clicar sobre a imagem, o internauta era direcionado à página com propostas e idéias defendidas por Fruet.

Na sentença, proferida na tarde de on-



tem, a juíza acatou parecer do Ministério Público Eleitoral. Segundo a lei, a propaganda eleitoral somente é permitida após o dia 5 de julho do ano da eleição. "O representado usou dos links e pagou por eles, não há como entender como mera promoção pessoal desinteressada.

Existe um objetivo, seja declarado ou não, de atingir o eleitor para o pleito futuro", diz a sentença.

Recurso

A assessoria de Gustavo Fruet diz que o candidato vai recorrer da decisão e ressalta que o uso das redes sociais por candidatos ainda é tema em discussão no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). "Os links patrocinados foram retirados da fanpage do Gustavo no dia 28", afirma.

Prefeito vai à Justiça

A prefeitura de Curitiba vai recorrer da decisão do juiz da 5.ª Vara da Fazenda Pública, Marcos Vinícius da Rocha Loures Demchuk, que proibiu a veiculação de peças de publicidade referentes à administração municipal. De acordo com o magistrado, a campanha configura promoção pessoal do prefeito Luciano Ducci (foto), pois não possui "caráter educativo, informativo ou de orientação aos cidadãos".

O juiz proibiu a veiculação de quatro comerciais referentes às obras de asfalto, pavimentação e oferta de creches, além da utilização de cores que não sejam as oficiais da bandeira do município em qualquer peça de comunicação. Ficou decidido ainda que os sites Prefeitura em Ação e Curitiba em Ação deveriam ser retirados do ar, determinação que já foi atendida pelo município. Assim que a decisão foi publicada, a prefeitura entrou com pedido para o juiz rever a decisão. Como a solicitação não foi atendida, a administração municipal optou por recurso.

Para a autora da ação, a presidente do PT de Curitiba, Roseli Isidoro, o material deve ser retirado de circulação.



Empresários questionam o Ecad

A Associação Brasileira de Bares de Casas Noturnas (brabar) conseguiu na Justiça determinação para que Ecad esclareça os procedimentos adotados com os valores de direitos autorais pagos por bares, restaurantes, casas noturnas e similares pela execução de músicas em locais públicos. O relator da 6.ª Câmara Cível, juiz Fernando Antônio Prazeres, determinou que o Ecad só terá acesso ao pagamento devido pelas associadas depois que fornecer à Justiça as informações questionadas pelos empresários. O escritório se manifestou por meio de nota, afirmando que "desconhece o teor da ação e só se pronunciará após ser oficialmente notificado da decisão judicial".

05 JUN 2012

FOLHA DE S. PAULO

Desembargador trocou de lugar com mulher para fugir de blitz, dizem PMs

DE SÃO PAULO - Policiais militares afirmam que o presidente do Tribunal de Justiça de Minas, Cláudio Costa, trocou de lugar com sua mulher, que estava no banco do passageiro, para não se submeter ao teste do bafômetro numa blitz em Belo Horizonte.

A abordagem ocorreu no domingo num região de bares. O teste na desembargadora Albergaria Costa, mulher dele, detectou que ela não havia bebido.

Como os policiais disseram ter visto a troca de condutores pouco antes de o veículo chegar à blitz, solicitaram que o desembargador também fizesse o teste. Segundo a Secretaria Estadual de Defesa Social, ele se recusou.

O TJ afirmou, em nota, que durante o registro da ocorrência a alegação de que Albergaria assumiu o volante antes da blitz foi "prontamente refutada pela magistrada".

A Defesa Social informou que o caso seguiu para o Detran, que adotará todas as providências legalmente previstas.

05 JUN 2012

FOLHA DE S. PAULO

Presidente do TRE diz que não se acovardará

O presidente do TRE-SP, Alceu Penteado Navarro, afirmou ontem ao site G1 que não deixará o cargo da Justiça Eleitoral. "Não vou me acovardar e sair." Na semana passada, ele foi afastado do TJ-SP por decisão do Órgão Especial da corte, sob a suspeita de ter liberado pagamentos privilegiados a si mesmo e pessoas próximas. A decisão diz que ele deveria deixar a presidência do TRE. Na última quinta, porém, o TSE decidiu que Navarro deve ficar no cargo até que os ministros analisem a questão, o que deve acontecer hoje.

05 JUN 2012

FOLHA DE S. PAULO

Delta recorre à Justiça ? para evitar falência

Empreiteira alvo de CPI diz ser vítima de 'bullying empresarial'

e busca proteção para negociar com credores

Construtora afirma que denúncias fizeram com que administrações públicas parassem de honrar pagamentos

Em uma tentativa de evitar sua falência, a construtora Delta —um dos principais alvos da CPI do Cachoeira—apresentou ontem à Justiça do Rio de Janeiro um pedido de recuperação judicial.

Com isso, a empreiteira, maior recebedora de recursos federais desde 2007 e a sexta maior construtora do país, reconhece oficialmente sua debilidade financeira.

Na recuperação judicial, a execução de dívidas fica suspensa por 60 dias. Até lá, a Delta terá que apresentar à Justiça um plano para pagamento a seus credores. Para dar continuidade às obras que toca, a construtora deverá fazer compras à vista.

Se reprovar a proposta —possibilidade considerada remota—, o juiz que receber o pedido decretará a falência da empresa. Se aprovar, o plano é submetido ainda a uma assembleia de credores.

'BULLYING'

Em nota, a empresa disse que, apesar de seus ativos serem superiores às suas dívidas, a suspeita de envolvimento da Delta no esquema

de Carlinhos Cachoeira fez com que ela sofresse "uma espécie de bullying empresarial" e "administrações públicas" pararam de "honrar os pagamentos" à construtora. "A situação financeira da Delta tornou-se insustentável."

Desde que as investigações sobre Cachoeira indicaram que ele agia como um lobista da empresa —o que a empreiteira nega—, a Delta já saiu de grandes obras, como um complexo petroquímico e uma refinaria da Petrobras e a reforma do estádio do Maracanã, todas no Rio.

À **Folha**, em abril, o sócio majoritário Fernando Cavendish já afirmara que a Delta iria "quebrar". "O cliente [governo], que é um cliente político, abre sindicâncias para mostrar isenção. Suspende pagamentos. Cria-se um clima péssimo na empresa. Os bancos vão suspender nossa linha de crédito", completou ele.

A **Folha** apurou que, no mês passado, a Delta teve gastos de aproximadamente R\$ 200 milhões para realização de suas obras. Mas entraram em caixa R\$ 150 milhões.

A crise agravou-se após o governo admitir a possibilidade de declará-la inidônea, o que impediria contratos futuros com a União.

A situação piorou na sexta, quando a holding J&F anunciou a decisão de desis-

tir da compra da construtora. Vinte dias após o grupo assumir a gestão da empreiteira, o contrato foi rescindido.

A quebra de sigilo da Delta pela CPI pesou para a decisão. Os bancos suspenderam o crédito da construtora.

A Delta tem R\$ 1,1 bilhão a receber do governo, além de R\$ 300 milhões em equipamentos. Segundo a CGU (Controladoria-Geral da União), os contratos federais não devem ser afetados pelo pedido de recuperação judicial.

05 JUN 2012

FOLHA DE S. PAULO

Justiça concede liberdade a operador de empresário

Preso pela PF, Dadá é apontado como araponga que trabalhava para Cachoeira

Em decisão unânime proferida ontem, o TRF (Tribunal Regional Federal) da 1ª Região (Brasília) mandou soltar o sargento da reserva da Aeronáutica Idalberto Matias de Araújo, o Dadá.

Ele é apontado pela Polícia Federal como um dos arapongas que trabalhavam para Carlinhos Cachoeira e foi preso em fevereiro na Operação Monte Carlo, que investiga a exploração de jogos ilegais em Goiás e no DF.

O TRF determinou que, para ficar em liberdade, Dadá terá que comparecer a todos os atos do processo, não ter contato com pessoas envolvidas nas investigações e não se ausentar de Brasília sem autorização. Caso alguma das condições seja descumprida, ele voltará à prisão.

Como Dadá também é investigado pela Polícia Civil do DF, na Operação Saint-Michel (sobre a ramificação do suposto esquema de Cachoeira em Brasília), o tribunal disse que ele só poderia deixar a prisão caso não houvesse ordem de prisão contra ele relacionada a esta outra investigação.

Como não havia outro pedido de prisão, Dadá, deveria ser solto ontem —o que não havia ocorrido até a conclusão desta edição.

MONICA BERGAMO

BILHETE PREMIADO

O Ministério Público de SP vai propor uma ação por danos morais contra a Gol por causa da pane registrada em 2010 no sistema de embarque de seus passageiros. A falha ocasionou problemas em cascata no sistema aéreo nacional. O MP deve pedir indenização por danos morais no valor de cerca de R\$ 5 milhões.

BILHETE 2

O promotor do consumidor Roberto Senise Lisboa vai propor que o dinheiro de eventual indenização seja revertido para o Fundo de Direitos Difusos e aplicado em programas sociais. A Gol diz que só se manifestará nos autos do processo.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Tribunais serão orientados

sobre 05 JUN 2012

desastres naturais

Debates discutirão conjuntos de medidas que deverão ser adotadas por magistrados

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) debaterá nesta terça-feira um conjunto de medidas que os tribunais deverão adotar para enfrentar as calamidades provocadas por desastres naturais. Durante a 148ª sessão plenária do CNJ, que está marcada para começar às 9h, o conselheiro José Guilherme Vasi Werner apresentará a proposta de recomendação que deverá ser debatida pelo Conselho.

Volta à pauta o projeto conhecido como Ficha Limpa. Trata-se de resolução que proíbe que funções de confiança ou cargos em comissão sejam ocupados por pessoa considerada inelegível pela lei eleitoral. O ato normativo 0000898-23.2012.2.00.0000 será relatado, no plenário pelo conselheiro Bruno Dantas.

O plenário deve analisar ainda uma proposta que determina que o Judiciário adote o sistema de cotas raciais nos concursos para juiz e servidor. Segundo o requerimento, o CNJ deveria ditar políticas afirmativas para o ingresso de índios e negros nos quadros do Poder Judiciário. O relator do processo é o conselheiro Jefferson Kravchychyn.

Também serão julgados cinco casos de nepotismo – nos tribunais de justiça dos estados de Goiás, do Rio Grande do Sul, do Piauí, do Ceará e de Sergipe. Estão previstos os julgamentos de dois processos administrativos disciplinares e uma sindicância.

Há ainda pautados 16 pareceres de mérito sobre anteprojeto de lei que criam varas, cargos ou funções (efetivos ou em comissão) em tribunais de todo o país. Serão apresentados os relatórios dos mutirões carcerários que o CNJ fez em Pernambuco e São Paulo.

NÚMEROS

A pauta terá 33 procedimentos de controle administrativo, 32 recursos administrativos, 28 pedidos de providências, 17 consultas, 17 pareceres de mérito sobre anteprojeto de lei, cinco revisões disciplinares, cinco atos normativos, três petições avulsas, dois resultados de comissão, dois reclamações disciplinares, dois processos administrativos disciplinares, uma sindicância e uma representação.

05 JUN 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

AMB participa da XVII Reunião Internacional de Magistrados

Por meio do Diretor de Relações Internacionais, Antonio Rulli Jr., a AMB participou, entre os dias 22 e 25 de maio de 2012, na Cidade de Maputo (Moçambique), da XVII Reunião do Grupo Africano da União Internacional de Magistrados (UIM). O evento foi organizado pela Associação Moçambicana de Juizes, presidida pela Magistrada Vitalina Papadakis. Antonio Rulli Jr., que também é Presidente da União Internacional de Juizes de Língua Portuguesa (UIJLP), participou como delegado/observador a convite da organização.

Além do Brasil, outros três países foram convidados: Bélgica, França e Itália. Participam 19 Paí-

ses da África, dos quais apenas 14 integram da União Internacional de Magistrados (UIM). A Europa tem 40 Países na UIM. As línguas oficiais são o português, o francês e o inglês. Foi lembrada a Presidência do Desembargador Francis Davis (Brasil) e a participação do Presidente Nelson Calandra, na condição de Vice-Presidente da UIM, por duas vezes, presidindo a Federação Latino-Americana de Magistrados (FLAM), nesse período.

A notícia de que o Brasil sediará o Encontro da UIM em 2013, no segundo semestre, foi recebida com entusiasmo pelos participantes. Compareceram à abertura do even-

to, o Primeiro-Ministro, a Ministra da Justiça e o Procurador-Geral da República. As reuniões foram presididas pela Magistrada da África do Sul, Musi Cagney, Presidente do Grupo Africano da UIM.

O tema central foi a independência dos Juizes como garantia do Estado de Direito e, como subtemas, a questão da independência como garantia da cidadania, e a consciência dos Juizes na tomada de decisão e autocensura, pelos Magistrados de Moçambique, Conselheiro do Conselho Constitucional, Jose Norberto Carrilho, e pelo Juiz do Tribunal Judicial do Distrito de Manica, Carlos Mondlane.

TST nega recurso de contra condenação por trabalho escravo

Por unanimidade, o Órgão Especial do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou ontem os embargos de declaração interpostos pelo Grupo Lima Araújo contra decisão da Justiça do Trabalho do Pará que o condenou a pagar R\$ 5 milhões de indenização por dano moral coletivo por reduzir trabalhadores à condição análoga à de escravo. O Órgão Especial seguiu o voto da relatora, ministra Cristina Peduzzi, vice-presidente do TST, no sentido de não haver nenhuma dúvida, omissão ou contradição a ser sanada na decisão que negou seguimento a recurso extraordinário do grupo, que pretendia que seu caso fosse examinado pelo Supremo

Tribunal Federal (STF).

Na sessão de hoje, a ministra Cristina Peduzzi informou que as empresas chegaram a requerer o adiamento do julgamento, para que se realizasse audiência de conciliação com o Ministério Público do Trabalho, autora da ação civil pública que resultou na condenação. O pedido foi rejeitado. “Conciliação, em qualquer tempo, pode ser celebrada pelas partes – e é bom que celebrem”, observou a relatora. “Mas não necessitam para tanto da intervenção do TST. O processo já está em fase muito adiantada, e, nos presentes embargos de declaração, o que se discute é apenas a ausência de remessa do agravo ao STF”.

Em dezembro de 2011, o Órgão Especial confirmou decisão da ministra Cristina Peduzzi que negou seguimento ao recurso extraordinário por falta de repercussão geral do tema que se pretendia discutir – a tempestividade do recurso ordinário interposto pelo MPT no Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, que confirmou a sentença condenatória de primeiro grau, proferida em 2005. A existência de repercussão geral é exigência legal para que o caso seja examinado pelo STF. A relatora negou seguimento, também, ao agravo de instrumento contra seu despacho para que o próprio STF examinasse a admissibilidade do recurso.

05 JUN 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Estudantes de Direito prestarão apoio jurídico às vítimas do amianto

O curso de Direito da UFPR e o Sindicato dos Engenheiros do Paraná (SengePR) acabam de lançar o projeto de extensão Acesso à Seguridade Social de Direitos Humanos, com a finalidade de pesquisar e dar assessoria jurídica às vítimas do amianto no Paraná. É um mineral usado na fabricação de telhas, caixas d'água, tubulações, painéis acústicos e divisórias e que causa várias doenças. As mais comuns são câncer de pulmão e do aparelho digestivo. De acordo com a Organização Internacional do Trabalho, cem mil trabalhadores morrem por ano de doenças causadas pelo amianto. E o Brasil é o quinto maior consumidor desse tipo de produto em todo mundo.

De acordo com o coordenador do projeto, professor Sidnei Machado, a parceria entre o Sindicato dos Engenheiros e a UFPR além de ampliar o diálogo da universidade com a comunidade, vai permitir apoio jurídico em direito previdenciário para as pessoas que sofrem de doenças causadas pelo amianto, como aposentadoria especial ou por invalidez, auxílio doença, entre outros benefícios que essas pessoas

têm direito. O projeto terá a participação dos alunos do 5º ano de Direito da UFPR.

Além dos universitários de Direito, participaram da solenidade de lançamento do projeto (dia 25 de maio na sede do SengePR) os professores Ricardo Marcelo Fonseca, diretor do Setor de Ciências Jurídicas; Maria Cândida Kroetz, coordenadora do Núcleo de Prática Jurídica; Sandro Lubnard Nicoladeli, vice-coordenador do projeto e Eduardo Faria Silva, assessor jurídico do Sindicato dos Engenheiros do Paraná. O ato de lançamento do projeto contou com a palestra de Margaret Matos, Procuradora Regional do Trabalho.

Também o presidente da Associação Paranaense de Trabalhadores Expostos ao Amianto Hebert Fruehauf falou sobre as doenças causadas pelo amianto. Vários estados como Rio Grande do Sul, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo proibiram o uso e a fabricação do amianto. No Paraná a Comissão de Meio Ambiente aprovou um projeto neste sentido e até pediu regime de urgência, mas a votação em plenário ainda não ocorreu.

05 JUN 2012

JORNAL DO ESTADO

TRE multa Fruet por propaganda

A juíza Renata Estorilho Baganha, da 3ª Zona Eleitoral de Curitiba, multou Gustavo Fruet (PDT/PT/PV) em R\$ 15 mil por propaganda eleitoral antecipada no Facebook. Fruet comprou um link que está sendo veiculado, com fotografia, nos perfis dos usuários da rede social. Renata Baganha acatou parecer do Ministério Público Eleitoral, o qual aponta que os links em geral são utilizados por em-

presas, “as quais visam a propaganda de seus produtos e serviços para que o internauta se interesse por aquilo que está sendo ofertado”.

Na sentença, a juíza adianta que Fruet utilizou dos links, pagou por eles e não há como entender como mera promoção pessoal desinteressada. “Existe um objetivo, seja ele declarado ou não, de atingir o eleitor para pleito futuro”. “É evidente que fechar os olhos para esta

situação acarretaria em aceitar desequilíbrio no pleito, quebrando a isonomia da disputa. Não como contestar que os links patrocinados se tratam de propaganda eleitoral antecipada”, escreve Renata Baganha no seu despacho.

“Pelo exposto, julgo procedente a representação em face de Gustavo Fruet, com o que condeno o pagamento de multa no valor de R\$ 15 mil”, completa a sentença.

05 JUN 2012

JORNAL DO ESTADO

Justiça decide liberar braço DIREITO DE CACHOEIRA

Ex-sargento Dadá poderá responder a ação em liberdade,
mas deve comparecer à Justiça

Tido como braço direito do contraventor Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, o ex-sargento da Aeronáutica Idalberto Matias de Araújo, o Dadá, conseguiu convencer a Justiça a soltá-lo. Desembargadores do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região concederam ontem, um habeas corpus a Dadá, com algumas condições.

O ex-sargento poderá responder a ação em liberdade, mas terá de cumprir o compromisso de comparecer na Justiça sempre que necessário. Ele também está proibido de manter contato com outras pessoas ou empresas suspeitas de envolvimento no esquema. Pela decisão do TRF, Dadá terá de pedir autorização ao Judiciário sempre que precisar viajar.

Dadá foi identificado na Operação Monte Carlo - que o levou e ao bicheiro Cachoeira à prisão, em fevereiro -, como o encarregado de cooptar policiais e agentes públicos corrompidos, de obter dados sigilosos para a quadrilha e de identificar e coordenar a derrubada de operações de grupos concorrentes. Ele estava preso desde o mês passado, acusado de formação de quadrilha, lavagem

de dinheiro e exploração de máquinas caça-níqueis.

No depoimento que prestou à CPMI que investiga o elo de Cachoeira com entidades públicas e privadas, Dadá não respondeu a nenhuma pergunta. Antes mesmo de usar os dez minutos iniciais a que tinha direito, o araponga foi questionado pelo presidente da CPI, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), se estaria disposto a colaborar com as investigações. "Vou usar meu direito constitucional de permanecer em silêncio", limitou-se a dizer, deixando a sessão em seguida. Como foi acordado entre os parlamentares, caso Dadá se negasse a responder, sua presença seria liberada. O mesmo foi feito com os outros dois depoentes, o ex-vereador em Goiânia Wladimir Garcez e o araponga Jairo Martins.

METRO

05 JUN 2012

TRE multa Fruet por campanha no Facebook

A juíza Renata Estorilho Baganha, da 3ª Zona Eleitoral de Curitiba, multou Gustavo Fruet (PDT) em R\$ 15 mil por propaganda eleitoral antecipada no Facebook. Fruet comprou um link que está sendo veiculado, com fotografia, nos perfis dos usuários da rede social. Renata Baganha acatou parecer do Ministério Público Eleitoral.

A assessoria do pré-candidato do PDT informou que Gustavo Fruet vai recorrer da decisão e que os links patrocinados foram retirados. Também informa que a questão está em debate no TSE, que ainda não se manifestou a respeito destes casos na internet.

Justiça liberta Dadá

Em decisão unânime, o TRF (Tribunal Regional Federal) de Brasília concedeu ontem habeas corpus ao sargento da reserva da Aeronáutica Idalberto Matias de Araújo, conhecido como Dadá.

Ele é apontado como integrante da quadrilha do bicheiro Carlinhos Cachoeira.

Para continuar em liberdade, Dadá precisará comparecer a todos os atos do

processo, não manter contato com as pessoas envolvidas e não poderá se ausentar da cidade onde reside, no caso Brasília, sem autorização judicial. Caso não cumpra as medidas estabelecidas, ele voltará para a cadeia.

Dadá foi preso durante a Operação Monte Carlo, da Polícia Federal, deflagrada em fevereiro.